



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING

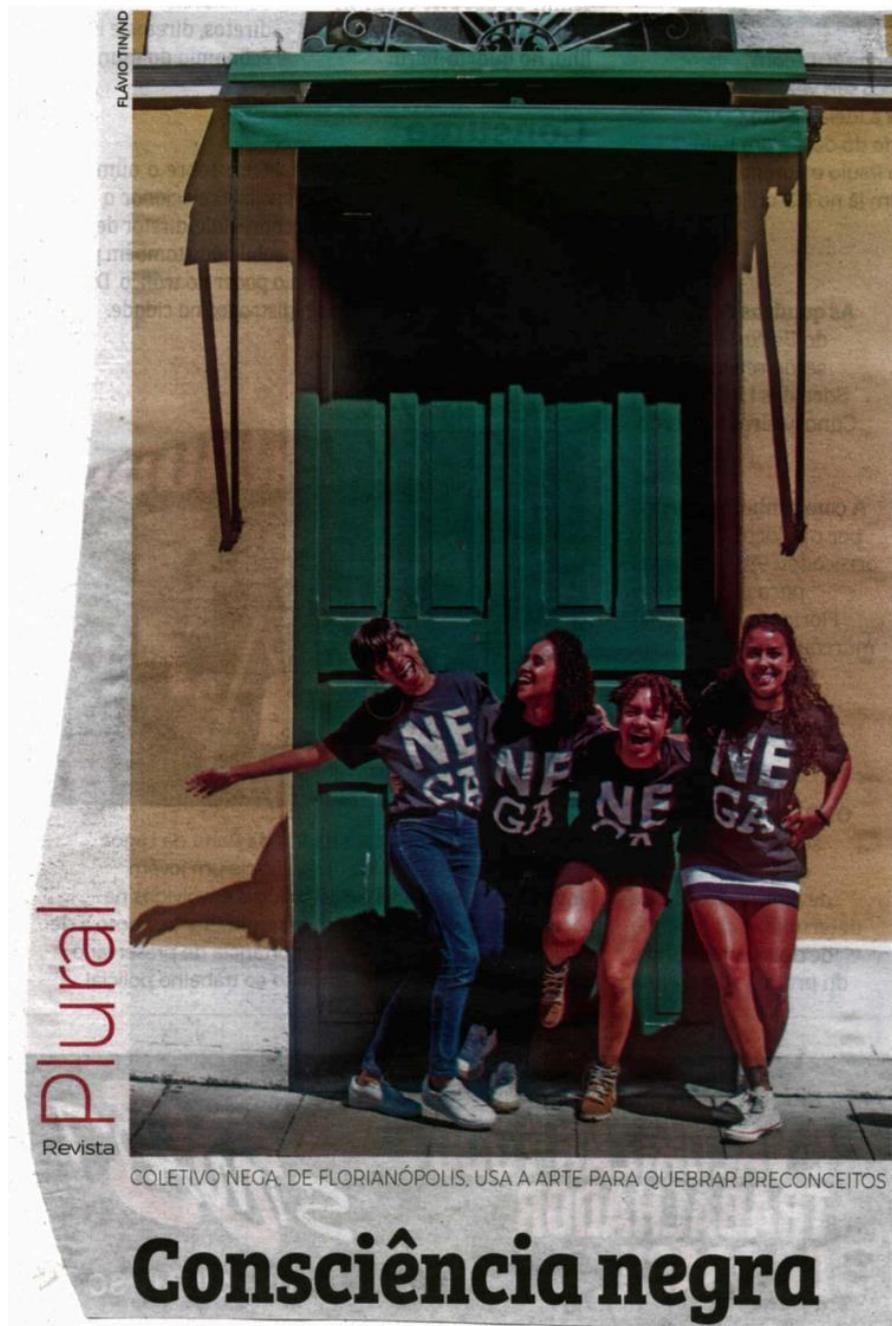


Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

18 e 19 de novembro de 2017

Notícias do Dia
Capa e Plural
"Um lugar para desconstruir"

Um lugar para desconstruir / Consciência negra / Coletivo Nega / Negras Experimentações Grupo de Artes / UDESC / Universidade do Estado de Santa Catarina / Arte / Preconceitos / Cultura negra / Teatro / Zumbi dos Palmares / Racismo / Michele Mafra / Roberta Lira / Acadêmica / Artes Cênicas / UFSC / Ensaio fotográfico / Exposição / "A Beleza de Nossos Corpos Negros" / Coletivo Kurima – Estudantes Negras (os) / Invisibilidade/ Feira Afro Artesanal



PODEROSA visibilidade

No Mês da
Consciência
Negra,
iniciativas como
o Coletivo Nega
representam a
causa por meio
da arte

Plural
Revista



Um lugar para DESCONSTR

A arte se mostra um campo para quebrar estereótipos e dar luz à cultura negra, como o Coletivo Nega, que atua por meio do teatro em Florianópolis

KARIN BARROS

karin.barros@noticiasdodia.com.br

O dia 20 de novembro, data da morte do líder Zumbi dos Palmares (1695), foi escolhido para marcar reflexões sobre a inclusão do negro na sociedade. Porém, todo o mês acaba sendo de reflexão de grupos, coletivos e interessados em discutir o racismo, problema estrutural que continua inserido no país mesmo os negros sendo 53% da população brasileira conforme censo do IBGE, de 2014.

Para Roberta Lira, cantora, performer, pesquisadora e acadêmica de artes cênicas da UFSC, a invisibilidade da população negra é uma das violações mais graves aos direitos humanos. "Essa situação se arrasta diante da nossa história por mais de 400 anos e foi construída pela violência. Quando a história do Brasil é contada por historiadores e pesquisadores mais sérios, imparciais, protagonistas, africanos ou povos implicados nativos ou indígenas, a gente começa a ver que a história é bastante diferente daquela que aprendemos na escola. Muito de nós foi ocultado", diz Roberta, que coordenou um projeto que se desdobrou em ensaio fotográfico e exposição "A Beleza de Nossos Corpos Negros".

Roberta também foi fundadora da Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro e do Coletivo Kurima – Estudantes Negras (os) da UFSC, e idealizadora e coordenadora do Intercâmbio Brasil/Perú de Mulheres Negras, selecionado em edital pela Association for Women's Rights in Development (AWID/2016). Ela afirma que existe uma razão para existir o racismo científico desde o século 16, que prima pela classificação das raças, porém é derrubado por ser provado que os seres humanos não têm diferenças que os torne maiores ou melhores. "Existia por parte dos europeus um interesse de legitimar a colonização, de dominação, e que busca manter essa ideia de raça nas sociedades, e isso traz todo esse dano entre os povos", coloca.

A cada 23 minutos, segundo a pesquisadora, morre um jovem negro no Brasil, fruto da invisibilidade criada pelo racismo estruturado. Para entender melhor o porquê disso, é preciso visitar a história, conhecer as origens e a cultura negra, recomenda ela.

Em Florianópolis, há sete anos o Coletivo Nega (Negras Experimentações Grupo de Artes), da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), busca resgatar todas essas questões por meio da arte. Outro trabalho que merece destaque mesmo tendo poucos meses é a Feira Afro Artesanal, realizada às terças-feiras na Escadaria do Rosário, no Centro de Florianópolis, e que dá luz ao artesanato, à história, à música e à poesia negra.



Ativistas no teatro: Franco, Thuanny Paes, Rita R.I. e Michele Mafra, do Coletivo Nega

Jovens, mas EMPODERA

O Nega, além do significado das siglas, também remete à palavra "negra" e a "negação". Por meio dele, jovens mulheres, sendo a mais velha com 24 e a mais nova com 22, dividem suas angústias e injúrias raciais sofridas desde a infância, em uma época que elas nem entendiam isso como um problema social.

O coletivo nasceu de um projeto de extensão criado pela professora e doutora Pátima Costa de Lima, buscando suprir a falta de representatividade para a população negra no campo do teatro, e influenciado pelo TEN (Teatro Experimental do Negro) fundado por Abdias do Nascimento há 68 anos, no Rio de Janeiro. Hoje, com apoio do projeto de extensão, mas independente de professores, o grupo trabalha com administração e criação coletiva das integrantes: Rita R.I, Fernanda Rachel, Thuanny Paes, Michele Mafra, Franco e Sarah Motta. Elas têm como objetivo valorizar as produções teatrais de artistas negros, com ênfase para as das mulheres negras.

Esse destaque surgiu da criação e

modificações da performance criada há cinco anos denominada "Preta-à-Porter", trabalho de repertório do grupo que parte de histórias e de conflitos enfrentados na vida cotidiana da população negra, histórias essas trazidas da vida pessoal de cada artista que participa ou já participou do coletivo. A obra expõe com maior destaque a vivência das mulheres negras, misturando, dança, canto, percussão, projeção e rap. "É um convite à experiência, sem apontar quem está sendo racista, mas a pessoa vê a situação e reflete naquele espaço por meio de um distanciamento e tem uma noção de quem é ela na sociedade", coloca Thuanny. Desde sua criação, a performance foi apresentada diversas vezes em locais como Udesc, UFSC, Sesc Prainha, eventos e congressos acadêmicos.

Thuanny afirma que quando iniciaram essas apresentações era muito difícil fazer teatro e falar juntamente de questões negras. "Ninguém conversava sobre isso, agora existe algum diálogo. Nós mesmas criamos um curso que se

UIR



FLAVIO TININO

DAS

chama 'A disciplina que a gente não tem - Curso de Teatro Negro em cinco módulos'. Hoje já conseguimos abordar o assunto de forma diferenciada, falando do teatro brasileiro e negro", explica.

"Ações como essa, do nosso projeto 'A beleza dos nossos corpos negros' e muitos outros coletivos de arte do Brasil e do mundo, permitem que as pessoas negras se vejam e se reconheçam representadas de alguma maneira, e que pessoas brancas ou não negras as vejam de outra perspectiva, como protagonista, sem os estereótipos construídos no decorrer da primeira etapa (período colonial até os dias de hoje). Nos vendo como seres pensantes, que produzem, são inteligentes, sentem, tudo oposto ao que é ligado a ideia de raça", aponta a pesquisadora Roberta Lira.

"A arte é o melhor mecanismo para discutir isso, por que as pessoas conseguem se entregar de fato ao que está acontecendo", coloca Franco. "Não é algo pessoal, apresentamos uma coisa estruturada, onde negros e brancos se entendem e entendem o problema que causam", diz Rita.



FOTOS DIVULGAÇÃO/INO

Cantora, performer e pesquisadora Roberta Lira: pessoas negras precisam se ver representadas



Artista Bruno Barbi tem os negros como principal tema de sua arte. Para ele, o movimento artístico é como um grito de guerra

“

As pessoas às vezes simplesmente não querem falar isso, acham que está tudo bem, que a gente vive numa democracia racial, mas ela é falsa.”

Michele Mafra, artista do Coletivo Nega

Conhecimento que LIBERTA

Para as meninas do coletivo, estar na universidade foi de extrema importância para entender, aprender e dar início a discussão sobre o racismo em suas vidas. "Antes disso, eu não tinha noção da minha posição na sociedade como mulher negra. Não são todas as pessoas negras que têm acesso à faculdade, então penso na nossa função quantas pessoas que tem esse privilégio e devemos levar adiante", diz Franco, que está cursando artes cênicas na Udesc.

A integrante Michele, que cursa arquitetura na UFSC, lembra que na universidade as cotas começaram em 2008, mas que ninguém discutia isso dentro ou fora das escolas. "As pessoas às vezes simplesmente não querem falar isso, acham que está tudo bem, que a gente vive numa democracia racial, mas ela é falsa, é para privilegiar outros, e queremos que as pessoas reflitam e entendam que o racismo faz parte do dia a dia delas, em qualquer lugar", afirma.

Bruno Barbi, artista plástico e um dos organizadores da Feira Afro Artesanal, em Florianópolis, diz que o espaço criado em julho deste ano oportuniza a artesãos uma fonte de renda extra, tirando muitas pessoas das sombras e abrindo portas. "A arte e a cultura sempre andaram ao lado dos movimentos sociais. O movimento artístico, neste caso, das discussões étnicas, vem como um grito de guerra, atraindo os olhares para o povo e a arte negra", diz ele, que acredita na disseminação da cultura negra por meio da ocupação dos espaços.

A pesquisadora Roberta Lira afirma que eles têm enfrentado o racismo com a arte por ser uma maneira mais interessante de conseguir lidar com um assunto visto como tabu para muitos. "Ele precisa ser desconstruído e para isso precisamos além de encerrar, falar até esgotar, até que a gente consiga destituir essa palavra 'raça'. Precisamos nos implicar, não só os negros, para garantir que os nossos direitos não sejam violados. Pois, apesar de termos uma Constituição que coloca que todas as pessoas são iguais, têm direitos, ela não acontece para nós [negros]. Precisamos parar de negar o racismo. A questão não é culpar, mas nos tornamos conscientes, responsáveis e atores de uma vida saudável", finaliza Roberta.

“A lava-jato banalizou a delação premiada e a prisão preventiva”

A lava-jato banalizou a delação premiada e a prisão preventiva / Entrevista / KaKay / Antonio Carlos de Almeida Castro / Advogado / Operação Ouvidos Moucos / Ministério Público / Polícia Federal / Abuso de autoridade / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Ex-Reitor / Suicídio / UFSC / Espetacularização / Direito Penal / Execração pública

2 NÓS SÁBADO E DOMINGO,
18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2017

ENTREVISTA | KAKAY

Advogado dos políticos e poderosos em Brasília



A Lava-Jato banalizou a delação premiada e a prisão preventiva

EMERSON GASPERIN
emerson.gasperin@somosnsc.com.br

Nos bastidores do poder em Brasília, não há quem não conheça o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro – ou Kakay, o apelido que criou para si mesmo e pelo qual prefere ser chamado. Aos 60 anos, o mineiro radicado na capital federal fez (e faz) fama e fortuna defendendo políticos e empresários encrencados com a Justiça. Só entre os denunciados na operação Lava-Jato são 18 clientes, em uma lista que inclui, pelos seus cálculos, dois presidentes da República (Sarney e Itamar), mais de 50 governadores, dezenas de ministros e uma infinidade de parlamentares. Apesar da fama, diz que não tem site do escritório, nem placa na porta. Os clientes chegam por indicação de colegas ou de ex-clientes.

O que a freguesia tem de impopular, ele tem de bon vivant. “O advogado é, antes de tudo, um chato”, brinca Kakay no saguão do hotel em Florianópolis, onde esteve recentemente para um congresso.

O requisitado profissional divide espaço com o apreciador de viagens, vinhos, poesia e música que, se não houvesse enveredado pelo Direito, gostaria de ser cantor. Tanto que se orgulha de ter vencido o concurso de calouros em um daqueles cruzeiros com Roberto Carlos, com o prêmio sendo-lhe entregue pelo próprio Rei. Confira os trechos principais da entrevista:

O senhor defende vários acusados e se tornou um crítico notório de algumas práticas da Lava-Jato. Na sua opinião quais são os métodos mais questionáveis da operação?

Existem alguns pontos que são fundamentais. Primeiro, a banalização da delação premiada. É um instituto importantíssimo no combate ao crime organizado, mas, infelizmente, a forma com que foi utilizado dificilmente conseguirá fazer com que tenha força no Brasil. Porque há processos no país com 15 réus dos quais 13 são delatores. Existe um sistema de recall que é uma coisa impressionante. Costumo dizer que o Ministério Público (MP), através do recall, constituiu o maior programa de corrupção do país. O empresário pego em uma delação pode entregar um pouco do que sabe, devolver uma pequena parte do dinheiro que saqueou e, se for pego na mentira, ser chamado para um recall. É uma questão gravíssima.

Mas isso é exclusividade da Justiça brasileira?

Da forma que está sendo feito pela Lava-Jato acaba sendo um excesso a mais. O recall virou prática. Além disso, há uma questão mais grave que a delação, que é a banalização da prisão preventiva. Tornou-se uma regra.

Em Santa Catarina, a Operação Ouvidos Moucos acabou levantando questões sobre a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público. Houve abuso de autoridade?

Não tenho dúvidas de que nesse episódio específico houve abuso, sim. Mas o mais grave – claro que o caso tem o drama do suicídio (do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier) –, é o clima punitivista que se criou no país. Esse caso não está enquadrado dentro da Lava-Jato, mas é fruto do clima que a operação criou no Brasil. Vivemos hoje em um país dividido. De um lado, estão os operadores da Lava-Jato; do outro, os críticos. A operação desenvolveu um sistema criminoso que ninguém poderia imaginar que existia com essa capilaridade, com essa sofisticação, mas, no afã de fazer justiça a qualquer custo, principalmente com essa pressão midiática muito forte, (os operadores) acharam que estavam tentando salvar o país. Eles foram até inteligentes ao fazer um maniqueísmo vulgar: quem está trabalhando na Lava-Jato é o bem, quem critica seus métodos é alguém que está contra a operação ou, pior, é favorável à corrupção.

Como os agentes deveriam ter atuado nesse caso da UFSC?

Como devem proceder todos os agentes públicos com a responsabilidade que têm: com respeito ao direito do

cidadão, e sem execração pública. Na época medieval, se você queria punir alguém, você o punia em praça pública por duas horas. Hoje, há uma banalização que é muito potencializada porque você faz isso via imprensa. É essa banalização que a gente tem de enfrentar. A espetacularização do Direito Penal não pode existir. Esse drama que aconteceu em Santa Catarina com o suicídio do ex-reitor pode ser um momento de inflexão, de reflexão das pessoas.

As sessões do STF são transmitidas pela televisão e os ministros têm, inclusive, assessores de imprensa. Isso colabora para essa espetacularização?

Começamos a ter esse problema com a criação da TV Justiça. Embora ela tenha uma importância enorme em alguns setores específicos – para discutir a questão homoafetiva, por exemplo, a TV Justiça tem a sua importância de dar maior proximidade da população com o Judiciário –, houve uma superexposição do Direito Penal. O momento atual é muito grave porque quando há um poder Legislativo extremamente fragilizado, com seus principais líderes sendo investigados (e eles têm que ser investigados, mas não uma investigação permanente), e um Executivo sem legitimidade, o Judiciário acaba ocupando um espaço com um ativismo judicial que é muito prejudicial ao próprio Judiciário. Hoje as pessoas na rua sabem o nome dos ministros do STF e não sabem o dos jogadores da Seleção Brasileira. Não que lá (no STF) estejam 11 craques, mas com essa superexposição estão ocupando um espaço que, no meu ponto de vista, extrapola o (espaço) que deveria ocupar um ministro do Supremo.

É possível compensar o prejuízo para alguém que é preso preventivamente e depois tem a inocência comprovada?

O Estado tem que ter a responsabilidade de saber que a prisão preventiva deve ser absoluta exceção, só quando realmente existem as previsões rígidas, legais para a prisão. No Brasil, a Lava-Jato usa a prisão preventiva até como forma de obter delações. Tem um procurador da República, Cláudio Manoel Pestana, que disse em um parecer que a prisão era, sim, forma de obter delação, e até de forma jocosa: ‘passarinho preso canta mais bonito’. Quando se iniciam as diversas fases da operação, o MP, a PF convocam entrevistas coletivas e durante duas horas expõem o cidadão à condenação prévia e a uma condenação acessória sem previsão legal, que é a exposição da imagem. Foi dar uma palestra em Portugal e os professores lá não acreditaram que isso aconteceu no Brasil. Em diversos países, quando há uma investigação, o nome da pessoa não é divulgado antes da condenação, somente as iniciais.

Isso ocorre por força da lei ou é um cuidado da Justiça?

Muitas vezes é lei, mas muitas vezes é apenas respeito pela dignidade. A execração pública em grande escala pode resultar no que aconteceu com o ex-reitor da UFSC. Os métodos fizeram com que houvesse uma execração pública de tal forma que ele não suportou. As pessoas comparem muito a Lava-Jato com a operação Mãos Limpas, na Itália. Só que leem a história até a metade, não toda. Na operação Mãos Limpas foram mais de 30 suicídios. Chegava um momento em que a humilhação era tanta, o uso de grupos apontando falsas acusações contra outros grupos, que a operação praticamente explodiu. E resultou num (Silvio) Berlusconi (ex-primeiro-ministro), que é o está acontecendo no Brasil hoje. Essa divisão do país entre o bem e o mal está fazendo surgir os bolsos da vida.

Há mandados de prisão demais no Brasil mesmo com todos os recursos previstos pela Justiça?

No Brasil só existem dois tipos de prisão: em flagrante ou por ordem judicial. O que acontece é que tudo isso é usado para passar uma imagem de que a prisão deve ser a regra. Nada disso é por acaso. Eu defendi no STF, na Ação Declaratória de Constitucionalidade 43, a necessidade de que as pessoas não sejam presas obrigatoriamente após segunda instância. E houve uma crítica generalizada de que essa ação tinha o objetivo de fazer com que 15, 20 pessoas importantes da Lava-Jato não fossem presas. Não tinha nada a ver com a operação. O que pretendemos fazer é impedir que milhares de pessoas sem rosto e sem voz fossem levadas para um sistema penitenciário completamente falido, como no Brasil. A prisão não pode ser a regra.

Como fazer para que a opinião pública não confunda esse cuidado com impunidade?

As pessoas têm o mesmo discurso de impunidade no Brasil, mas é falta de visão, na realidade. Temos os maiores empresários do Brasil presos; o ex-ministro mais poderoso, que era o (Antonio) Palocci, preso; o Zé Dirceu ficou preso por muito tempo. O que as pessoas querem, que esteja todo mundo preso? É o furor punitivo, a mídia repressiva, a falta de visão do todo... O discurso da impunidade tem que ser revisto. Qualquer impunidade deve ser combatida. Mas o que é mais importante para uma sociedade que se pretenda democrática? O cumprimento dos princípios institucionais.

O senhor continua sendo chamado de petista?

Isso é um erro, mas não me incomoda. Nunca fui partidário, mas, pela minha proximidade com o Zé Dirceu, me colocaram esse rótulo de petista. Acácio (Neves) é meu amigo, só não fui advogar para ele porque temos divergências quanto à condução do processo. No governo Fernando Henrique, fui advogado de 17 ministros – nenhum petista, pode ter certeza (risos). No governo Lula, fui advogado de sete ministros. Teve um momento em que eu advogava para cinco presidentes de partidos diferentes.

A pecha de “advogado dos políticos e poderosos” de alguma forma o incomoda?

Zero. Eu brinco dizendo que faço análise porque não sinto nenhuma culpa, ao contrário das outras pessoas (risos).

Ué, por que faz, então?

Para entender como é que possível viver sem culpa (risos). Mas tem uma coisa interessante. Primeiro, que as pessoas não sabem que 40% da minha advocacia é pro bono. Advogo para meninos ligados a movimentos sociais, ajudo na formação de um partido, a Frente Favela. Advoguei na época que havia excessos nas interceptações telefônicas. Ganhamos o habeas corpus que determinou limites para essa prática. Claro, quem me contratou foi um grande grupo de um empresário processado. Mas aquela decisão formou jurisprudência nacional. Hoje há uma criminalização da riqueza. Antigamente as pessoas iam presas por serem pretas, pobres, putas ou desempregadas. Lutamos muito para que isso deixasse de acontecer. Quem vai preso tem que ter a responsabilidade criminal definida. Hoje você tem a prisão obrigatória se a pessoa tiver poder ou dinheiro. É um excesso que não serve também.

Já se arrependeu de ter aceitado algum caso?

Não que lembre. O que há são casos que peguei e depois achei que poderia ter feito diferente. Por exemplo, advoguei para o (Salvatore) Cacciola (dono do banco Marka, acusado de crimes contra o sistema financeiro). Quando ganhei o habeas corpus, ele saiu do país. Deixei o caso por causa disso. Mas talvez não precisasse, era um direito dele ir para a Itália.

Que casos o senhor recusa sem sequer ouvir?

Em princípio, não trabalho com quem faz tráfico de droga. Não trabalharia com muita facilidade com pessoas processadas por estupro. Mas eu pego muito pouco caso. Cada 20 casos que batem no meu escritório, pego um. Meu escritório é pequeno, somos poucos advogados. Mas, principalmente, eu só pego caso que eu ache que tenha uma boa defesa técnica e a que eu consiga me entregar visceralmente. Não advogo para um cara que esteja sendo execrado pela mídia nacional e depois vou criticar esse cidadão num bar, como eu vejo alguns advogados fazendo. Hoje também há uma criminalização do advogado. Parte do Ministério Público, parte da mídia quer colar no advogado criminal não só a ideia do crime que o cliente responde, mas como se houvesse uma mistura entre eles.

Uma cumplicidade?

Exato. Os casos que advogo são casos midiáticos. É preciso defendê-los também na mídia. O momento do Brasil é tão punitivo que grande parte da mídia se ocupa só da acusação. Só a acusação tem voz e vez. Então quando a defesa tem espaço para falar, ela tem que falar. Uma das grandes coisas que a advocacia criminal me deu foi voz.

A OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS, NA ITÁLIA, RESULTOU NUM BERLUSCONI. É O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL HOJE. ESSA DIVISÃO DO PAÍS ENTRE O BEM E O MAL ESTÁ FAZENDO SURTIR OS BOLSONAROS DA VIDA.

Notícias do Dia
Fabio Gadotti
"A Ciência pede socorro"

A Ciência pede socorro / SBPC / Cortes orçamentários / André Ramos /
Professor / UFSC / Pesquisa

A CIÊNCIA PEDE SOCORRO

Depois de seis anos desativada em Santa Catarina, a SBPC volta a ter representação no Estado com a principal missão de liderar uma mobilização para chamar a atenção sobre os cortes orçamentários do setor. "É gravíssima a crise que a ciência brasileira enfrenta nos últimos dois anos, e que se agravou nesse último", afirma o professor da UFSC André Ramos, novo secretário regional da entidade, referindo-se à diminuição dos investimentos federais.

Além de protestar contra o panorama nacional, a SBPC-SC vai tentar reverter a redução orçamentária prevista na lei enviada pelo governo do Estado à Alesc com a previsão de gastos e receitas para 2018. Os valores

da Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de SC), segundo a proposta, caem de R\$ 174 milhões para R\$ 93 milhões, uma tesourada de 46,5%.

A entidade quer sensibilizar os deputados estaduais. Começou os contatos com os integrantes das comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, e de Finanças e Tributação.

Outra meta, de acordo com o professor da UFSC, é disseminar informações sobre importância do investimento em pesquisa. "O valor da ciência para a sociedade nem sempre é percebido, mas está em tudo no nosso dia a dia e influencia diretamente no desenvolvimento de um país", diz. "Para cada real investido em ciência e tecnologia, o retorno é de R\$ 6, R\$ 8 e até R\$ 10", calcula. ●

**Diário Catarinense e A Notícia
Conexão Econômica**

“Da UFSC para a Anheuser-Busch”

Da UFSC para a Anheuser-Busch / AB Inbev / Michel Doukeris / Engenheiro Químico / Graduado / UFSC / Troca de comando

**DA UFSC PARA A
ANHEUSER-BUSCH**

A AB Inbev, líder mundial em cervejas, anunciou a troca de comando do seu maior negócio, a Anheuser-Busch InBev nos EUA e Canadá. O novo CEO a partir de janeiro será Michel Doukeris, engenheiro químico graduado pela UFSC em 1995, que fez carreira na companhia de Jorge Paulo Lemann a partir de 1996. Ele já assumiu vários postos relevantes na empresa e, atualmente, é diretor global de vendas. Sucede João Castro Neves, que preferiu não esperar o posto de CEO mundial da AB InBev, ocupado por Carlos Brito. O desafio de Doukeris é elevar as vendas da Budweiser, a mais famosa cerveja do mundo, que perde espaço para as artesanais.

**Diário Catarinense
Cacau Menezes**

“Tem chances”

Tem chances / Glauco José Côrte / Urnas / Fiesc / Especializações / UFSC

TEM CHANCES

Aumentam os comentários ao pé do ouvido segundo os quais o empresário Glauco José Côrte vai mesmo ser testado nas urnas. Cacife não falta ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Advogado, com especializações na UFSC, Fundação Getúlio Vargas, American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e IMD (Lausanne, Suíça), tem as qualidades da boa política e da eficiente diplomacia. Das duas, uma: para a sucessão de Colombo ou para o Senado.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

18/11/2017

[Folha - Colunistas - André Singer - Eliminar a representação não é solução para a democracia](#)

[Candidatos surdos vão poder avaliar recurso de acessibilidade no Enem](#)

[Inep libera conteúdo de videoprovas em libras do Enem 2017](#)

[Jornal do Brasil - País - Inep libera conteúdo de videoprovas em Libras do Enem](#)

[Conexão econômica: da UFSC para a Anheuser-Busch Imbev](#)

19/11/2017

[Simulado online do Vestibular UFSC 2018 tem inscrições abertas](#)